

GEOGRAFIA ESCOLAR E AVALIAÇÃO: UMA ANÁLISE NO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS DE CAICÓ-RN.

SCHOOL GEOGRAPHY AND EVALUATION: AN ANALYSIS IN MIDDLE SCHOOL IN CAICÓ-RN SCHOOLS

Djanní Martinho dos Santos Sobrinho¹

Ione Rodrigues Diniz Morais²

Tânia Cristina Meira Garcia³

RESUMO

A educação brasileira, nos últimos decênios, passa por transformações que envolvem desde reformas curriculares até a implantação de programas de avaliação em nível nacional. Estas reformas objetivam identificar os pontos nevrálgicos do sistema nacional e, em relação ao Ensino Médio detectar fragilidades e apontar alternativas. Nesse artigo apresenta-se estudo de caráter analítico-descritivo, do processo de avaliação, como procedimento didático-pedagógico no âmbito da disciplina Geografia para o Ensino Médio, adotado por professores, tendo como base empírica escolas públicas e privadas da Cidade de Caicó-RN. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com docentes em efetivo exercício em sala de aula e para tratamento das informações procedeu-se a análise das informações a partir de uma matriz de descritores definidos aprioristicamente, com assento no aporte teórico construído por meio de levantamento bibliográfico. As informações apontam que o quadro de docentes é formado por licenciados em Geografia, alguns deles com especialização *lato sensu* e com mais de 20 anos de atuação no magistério. Quanto ao processo de avaliação da aprendizagem, constatou-se que há o predomínio de instrumentos formulados com questões objetivas em sua maioria, elaboradas de forma descontextualizada das discussões atuais e frágeis quanto ao uso de linguagens. O trabalho com os conteúdos segue, em geral, a sequência apresentada pela organização do livro didático característica que referenda a tipologia do método de avaliação adotado.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Ensino Médio. Avaliação.

¹ Professor Mestre do Departamento de Geografia/CERES-CAICÓ/UFRN. E-mail: djannigeo@yahoo.com.br.

² Professora Doutora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/CCLHA/UFRN. E-mail: ionerdm@yahoo.com.br.

³ Professora Doutora do Departamento de Educação e do GEOPROF/CERES-CAICÓ/UFRN. E-mail: tania_cristina2005@yahoo.com.br

ABSTRACT

In recent decades, Brazilian education has undergone transformations ranging from curricular reforms to the implementation of evaluation programs at the national level. These reforms aim to identify the key points of the national system and, in relation to High School, detect weaknesses and point out alternatives. This article presents an analytical-descriptive study of the evaluation process as a didactic-pedagogical procedure within the discipline Geography for Secondary Education, adopted by teachers, based on empirical public and private schools in the city of Caicó-RN. Semi-structured interviews were applied with teachers in effective exercise in the classroom and for the treatment of information, the information was analyzed through a matrix of descriptors defined a priori, with a seat in the theoretical contribution built through a bibliographic survey. The information indicates that the teaching staff is graduated in Geography, some of them with lato sensu specialization and with more than 20 years of teaching. As for the evaluation process of learning, it was verified that there are predominant instruments formulated with mostly objective questions, elaborated in a decontextualized way of the current and fragile discussions about the use of languages. The work with the contents follows, in general, the sequence presented by the organization of the characteristic textbook that refers to the typology of the method of evaluation adopted.

Keywords: Geography Teaching. High School. Evaluation.

Introdução

Vivemos um período regido por grandes transformações no espaço mundial, resultantes das ações do homem e conduzidas por um sistema econômico que visa cada vez mais à obtenção de ganhos financeiros.

Em uma análise simples, podemos perceber que as mudanças que vêm ocorrendo ao longo dos anos no espaço geográfico são caracterizadas por pontos positivos e negativos quanto à vida em escala mundial e local. Ao mesmo tempo em que o homem modifica formas de viver em um mundo globalizado, se vê forçado a criar espaço para o aumento de concentração populacional, para a agroindústria e exploração de recursos naturais, entre outros, o que acarreta consequências que afetam o equilíbrio da vida natural e das relações com o espaço, necessita oportunizar outras formas de manter a convivência.

O fenômeno da globalização, que se mostra seletivo e excludente em termos de espaços, é o mesmo processo que contribui para o encurtamento das distâncias entre

lugares e pessoas, através do uso de celulares ou do aperfeiçoamento dos transportes. Para isso é fato que o homem que derruba grandes áreas de vegetação também é capaz de criar meios que possibilitam a circulação de informações em tempo real através da rede mundial de computadores.

Com base nessas premissas, desenvolvemos no âmbito da Linha de Pesquisa “Educação Geográfica” na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, uma investigação que teve como tema “A avaliação em Geografia no Ensino Médio”, cuja problematização contemplou o fraco desempenho dos candidatos nas questões discursivas dos vestibulares nessa área de conhecimento.

A partir dos elementos citados, buscamos situar o papel da Geografia nos programas de ensino da educação básica do Brasil, a partir da compreensão de que cabe a essa disciplina propiciar discussões que permitam entender as relações entre a sociedade e a natureza.

O interesse em desenvolver este trabalho surgiu da preocupação, enquanto docente do Ensino Médio, com os resultados dos vestibulares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Para a investigação sobre o processo avaliativo em Geografia no Ensino Médio, elegemos como referência empírica as seguintes escolas públicas - Centro Educacional José Augusto (CEJA) e Escola Estadual Calpúrnia Caldas de Amorim (EECCAM) - e as instituições privadas - Centro Educacional Integrado do Seridó (CEIS) e Colégio Diocesano Seridoense (CDS), todas situadas na cidade de Caicó, atendendo alunos da própria localidade e de municípios circunvizinhos.

A escolha dessas instituições se deu a partir da análise dos resultados obtidos pelos alunos nos processos seletivos vestibulares no período entre 2002 e 2012, considerando as escolas que mais e menos aprovaram na cidade de Caicó-RN.

Em termos de organização este artigo conta com introdução, três seções, considerações finais e referências. Na primeira seção, apresentamos a base empírica da investigação; na segunda discutimos sobre os professores de Geografia e na terceira seção tratamos sobre a avaliação da aprendizagem.

Cenários Escolares: base empírica da pesquisa

A cidade de Caicó configura-se como polo regional, estando localizada na Microrregião do Seridó Ocidental e na Mesorregião Central Potiguar, distante aproximadamente 280 km da capital Natal. Além de ser referência na educação no estado do Rio Grande do Norte, também exerce importante influência educacional em municípios paraibanos, como Brejo do Cruz, São Bento e Catolé do Rocha.

Para a prestação de serviços educacionais, o município de Caicó conta com quatro instituições públicas e quatro instituições privadas que oferecem Ensino Médio. Além destas, há aproximadamente outros vinte e cinco estabelecimentos escolares, integrantes das redes municipal, estadual e privada que oferecem Ensino Infantil e Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos.

No tocante as escolas públicas, foram alvo desta investigação o Centro Educacional José Augusto – CEJA e a Escola Estadual Calpúrnia Caldas de Amorim – EECCAM. O CEJA, atualmente, oferta o Ensino Médio Inovador e o Ensino Médio Regular, atendendo a uma demanda de aproximadamente 700 alunos, com 30 professores e 36 funcionários, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. A EECCAM funciona somente com o ensino médio, atendendo a um público de aproximadamente 1.300 alunos, com aproximadamente 40 professores e 20 funcionários, distribuídos nos três turnos.

Em relação as escolas da rede privada de ensino, foi campo da investigação o Colégio Diocesano Seridoense – CDS e o Centro Educacional Integrado do Seridó – CEIS. O CDS funciona no turno matutino com Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Cursinho Pré-ENEM, no turno noturno. Possui um quadro de pessoal formado por 50 professores e 41 funcionários. O CEIS possui aproximadamente 720 alunos e um quadro de professores próximo a 40 profissionais, distribuídos nos três segmentos do ensino básico. Essa instituição tornou-se uma associação de professores, formada por pessoas de reconhecida contribuição para o desenvolvimento da educação do Seridó Potiguar, constituindo, desde então, a Sociedade Educadora do Seridó Ltda.

Os Professores de Geografia com quem dialogamos

Os professores de Geografia com quem dialogamos nesta pesquisa possuem graduação nessa área do conhecimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com especialização em áreas afins, realizada em instituições de ensino distintas do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Dos 08 docentes investigados, seis fazem parte do quadro efetivo da rede pública estadual ou municipal, 04 com mais de 20 anos em pleno exercício na sala de aula, no município de Caicó/RN. Com exceção de um, os demais professores têm dois vínculos empregatícios, cumprindo uma carga horária semanal de 60 horas/aula no Ensino Médio, distribuídas nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A forma de entrada desses professores no serviço público se deu através de concurso, realizado no final da década de 1980 e começo dos anos de 1990 e 2000. O início da docência desses profissionais ocorreu antes da conclusão do curso de licenciatura.

Quanto à participação em eventos relacionados à Geografia, os professores mencionaram que participavam de forma mais efetiva quando ainda estavam na graduação e reconheceram que, nos últimos anos, distanciaram-se desses acontecimentos por falta de tempo e de incentivos governamentais.

Em relação à participação em cursos, palestras e outros eventos sobre o Ensino de Geografia no Nível Médio, os docentes das escolas privadas informaram nas entrevistas que participavam daqueles oferecidos pelas instituições nas semanas pedagógicas e de alguns que eram realizados na capital do Rio Grande do Norte. Já os professores da rede pública mencionaram que “até têm vontade de participar”, mas não existem incentivos dos órgãos públicos, como liberação do trabalho ou auxílio financeiro.

Sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano da sala de aula, todos foram categóricos em afirmar ser o desinteresse dos alunos e, em alguns casos, a falta de material didático-pedagógico os maiores desafios do cotidiano escolar e profissional.

Geografia Escolar e Avaliação: o que constatamos?

Em qualquer disciplina ou área de estudo em que se identifique o interesse pela educação formal, faz-se necessário que primeiramente se tenha conhecimento sobre as diferentes formas através das quais se chega a construção do saber. Dentre estas formas, os processos que acontecem dentro da instituição escolar estão entre aqueles que mais tem demandado estudos e pesquisas.

A relação entre o ensinar e o aprender, ganha notoriedade e nesse bojo a relação entre o papel do professor, o papel do aluno e o trabalho com os conteúdos de ensino se consolidam com campo fecundo para estudos e reflexões. Já é ponto pacífico a compreensão segundo a qual, todos estes sujeitos e elementos assumem papel relevante quando se abordam as questões do ensino e da aprendizagem escolar. O professor enquanto aquele que conduz as discussões, o aluno segundo aquele que busca o domínio de saberes e habilidades e, o terceiro elemento, os conteúdos, como fundamento que subsidia todo o processo a partir de tudo o que já está sistematizado e aprovado pela sociedade e como componente indutor da construção dos novos saberes que podem ser criados.

Nesse contexto, independentemente do nível de ensino, entende-se que para haver aprendizado é preciso que exista ligação direta entre conteúdos de ensino e sujeitos “ensinantes” e aprendizes.

Sobre os conteúdos de ensino, concordamos com Libâneo (1994) quando menciona que estes são resultantes do saber sistematizado, ou seja, das investigações realizadas pelo homem sobre o mundo da natureza e das relações sociais. Esse conjunto de elementos proporciona a cientificidade do saber nas ciências, o que posteriormente é transformado em um saber didático-pedagógico, no intuito de possibilitar conhecimento aos discentes. A esse respeito, o autor explica que

[...] os conhecimentos e modos de ação são frutos do trabalho humano, da atividade produtiva científica e cultural de muitas gerações, no processo de prática histórico-social. No seio desse mesmo processo (de atividade prática transformadora pelo trabalho), a herança recebida da história anterior vai sendo modificada ou recriada, de modo que novos conhecimentos vão sendo produzidos e sistematizados (LIBÂNEO, 1994, p. 129).

A assertiva converge para o que pensamos sobre o papel dos professores ao trabalharem os conteúdos de ensino nas diversas áreas do conhecimento, pois, a partir dos debates em sala, novos conhecimentos podem ser construídos e apreendidos por todos os sujeitos envolvidos no processo.

No Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, espera-se que os conteúdos de ensino das diferentes áreas do conhecimento sejam trabalhados de forma que o aluno consiga aprofundar e consolidar as informações que já adquiriram durante o Ensino Fundamental. Especificamente na disciplina de Geografia, nessa fase, as temáticas devem ser discutidas de modo mais denso, considerando, também, a escala geográfica, pois é sabido que muitos acontecimentos de ordem global têm suas raízes no local. Nesse contexto, entende-se que

[...] o conteúdo da disciplina Geografia, dentre outras, permite que se trabalhe com temas que têm a ver com a realidade em que vivemos, com o espaço que nos circunda, e com o que acontece no mundo, mais distantes de nós, mas não menos importantes para nossas vidas. A informação nos permite conhecer melhor a realidade em que vivemos e nos dá condições de entender que o mundo não é magicamente construído em um dado ponto, mas que é construído e reconstruído no dia a dia da vida dos homens. (CALLAI, 1995, p. 93).

Os conteúdos de ensino ganham significância a partir do momento em que os docentes conseguem aproximar as realidades vivenciadas pelos alunos, relacionando os conhecimentos cotidianos com aqueles que os discentes visualizam no livro didático ou ao navegarem na rede mundial de computadores. Defende-se que trabalhar os conteúdos em uma perspectiva distante da realidade da vida cotidiana dos alunos certamente acarreta maior dificuldade para assimilação das informações.

Ao questionarmos os docentes sobre os conteúdos da Geografia Escolar os quais os alunos apresentam maiores dificuldades de compreensão, a unanimidade prevaleceu sobre os conteúdos da cartografia, com predomínio na 1ª série, principalmente nos assuntos referentes aos elementos dos mapas, coordenadas geográficas e fusos horários, ou seja, ao domínio daqueles em que se faz necessário o uso da lógica matemática.

Essa observação foi comprovada quando comparamos os resultados obtidos pelos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados nas escolas, com as provas discursivas de Geografia aplicadas nos exames vestibulares (2006). Considerando

questão à questão, averiguamos que no ano de 2006, mais da metade dos vestibulandos errou o quesito em que deveriam citar o elemento que estava faltando em um dos mapas, cuja resposta correta seria a legenda, informação esta que como todos sabem, constitui aspecto corriqueiro no âmbito do ensino da Geografia nesse estágio de escolarização.

Ou aspecto destacados pelos professores colaboradores desse estudo se refere a aversão apresentada pelos alunos quanto à leitura o que acarreta, conseqüentemente, no fato de não saberem interpretar as questões, conforme nos relatam os professores entrevistados.

Para que haja um ensino de Geografia em que os alunos possam ser capazes de agir e refletir, faz-se necessário, também, que estes adquiram o hábito da leitura. Somente assim perceberão e conseguirão estabelecer conexões com as diferentes realidades existentes no mundo contemporâneo.

Quando indagamos aos professores como eles trabalham, a maioria fez referência apenas ao livro didático, não mencionando outras fontes nas quais também fosse possível ter acesso ao conhecimento, a ampliação dos momentos de discussão e a criação de oportunidade para participação oral dos alunos nos debates e discussões.

No tocante as formas e funções dos instrumentos de avaliação da aprendizagem aplicados nas escolas, estes são estudadas e classificadas por diversos autores que se debruçam sobre a temática. No entanto, iremos apresentar essas tipificações sob a ótica de Haidt (1995), Luckesi (2005) e Diniz (1982), já que não é o objetivo deste trabalho proceder a uma revisão bibliográfica, mas compreender tais conceitos e diferenciações, com o intuito de analisar os processos de avaliações realizados nas escolas que formam a base empírica da pesquisa e a relação com as provas discursivas dos vestibulares da UFRN. Para os autores citados anteriormente, são três os principais tipos de avaliações (Quadro 1).

Quadro 1: Formas de Avaliação e Funções

Avaliação	Funções	Autor
Formativa	Tem função de verificar se os objetivos estabelecidos foram de fato atingidos. Portanto, os objetivos são essenciais para nortear a prática avaliativa.	Haidt (1995)
Diagnóstica	Tem como função investigativa a qualidade do desempenho do aluno, visando proceder à intervenção para a melhoria dos resultados.	Luckesi (2005)
Somativa	Classificar os alunos segundo o nível de aprovação expresso em notas. Produto Final.	Diniz (1982)

Fonte: Adaptado de Haidt (1995), Luckesi (2005) e Diniz (1982).

Podemos perceber, pelas diferentes funções das avaliações, que para cada modelo há um propósito de verificação da aprendizagem e este propósito se fundamenta em pressupostos específicos sobre “o quê” e sobre “como” se aprende.

Para esse estudo, adota-se a concepção segundo a qual, qualquer que seja o modelo adotado pela instituição de ensino, deve-se estar sempre atento que o quê se deseja observar e sobre quais aspectos serão considerados ao se propor a avaliação de desempenho.

Para a concepção aqui adotada persegue-se a abordagem segundo a qual, enquanto processo, a aprendizagem não deve ser avaliada considerando-se unicamente um instrumento que classifique os alunos, mas sim por procedimentos que acompanhem todo o percurso de formação. A partir da qual seja possível identificar quais os conhecimentos, quais as habilidades e as atitudes foram sendo construídas pelos alunos.

A identificação dos conhecimentos, das habilidades e atitudes construídas pelos alunos requer a elaboração de instrumentos de verificação da aprendizagem que estejam formulados com assento em um conjunto de competências previamente definidas e estabelecidas, a serem trabalhadas no decurso da apresentação e discussão dos conteúdos escolares com os alunos, de modo a orientá-los na busca pela construção do saber.

O estabelecimento do grupo de competências a serem trabalhadas pelos professores juntamente com os alunos, permite a construção posterior de instrumentos de verificação da aprendizagem em sintonia com os objetivos de ensino e de aprendizagem formulados por ocasião do planejamento.

O estudo que estamos apresentando nos possibilitou formular um quadro analítico-descritivo sobre os instrumentos de avaliação adotados nas instituições de ensino pesquisadas, as competências construídas pelos alunos e o resultado apresentados por estes mesmos estudantes nos processos seletivos vestibular, levando-nos a verificar um descompasso entre os modelos adotados pelas instituições de ensino, as habilidades e atitudes verificadas por meios destes instrumentos e os resultados do desempenho dos alunos no que refere a estas mesmas competências por ocasião dos exames vestibulares.

Do conjunto dos instrumentos aplicados nas escolas, pudemos perceber que predominava a elaboração de avaliações com questões genéricas, na maioria das vezes sem que possibilitasse ao aluno o processo de contextualização do aspecto abordado no quesito com fatos ou fenômenos locais ou regionais.

No geral, as avaliações assumem o caráter de “avaliação tradicional”, com a função de classificar os alunos por notas, sendo na maioria dos casos, aplicado um único instrumento de verificação da aprendizagem.

Embora 05 professores em entrevista tenham afirmado que adotam diferentes instrumentos avaliativos visando atender as diferentes habilidades dos alunos, isso não foi confirmado na pesquisa documental, realizada através do levantamento dos instrumentos aplicados pelos professores.

As avaliações as quais tivemos acesso foram elaboradas com a predominância de questões objetivas, por serem consideradas pelos docentes mais fáceis de corrigir, tendo sido estas aplicadas obedecendo a um calendário prefixado por ocasião do planejamento escolar anual. Em maioria absoluta, não foi possível se verificar a presença de nenhuma outra atividade, de caráter somativo ou formativo adotado pelos professores par além da aplicação dos modelos já anunciados.

Essa predominância de questões objetivas foi verificada em todos os grupos de instituições de ensino, sendo identificado que em duas das instituições campo da investigação os alunos são, ainda, submetidos a uma bateria de teste denominado de

“simulado” que envolvem todo o conteúdo estudado no período referente a todas as áreas de conhecimento.

Foi identificado, ainda a presença de instrumentos de verificação da aprendizagem compostos de questões subjetivas, no entanto estas também não formam elaboradas atentado para a contextualização das discussões com a realidade dos alunos ou a realidade local.

Verificou-se, ainda, a ausência de mapas ou imagens que permitam ao aluno relacioná-las a fenômenos que ocorrem no espaço geográfico.

Com relação a outras atividades avaliativas que ocorrem nas escolas, estas de caráter mais esporádico, envolvem pesquisas, seminários e exercícios de fixação da aprendizagem, em que os professores verificam quais os alunos realizaram, para em seguida atribuírem a pontuação que deverá integrar parte da nota.

Diferentemente das propostas avaliativas das escolas-alvo da pesquisa, nos instrumentos dos processos seletivos vestibulares encontramos questões que exigem elaborações mais complexas dos alunos.

Nestes instrumentos verifica-se a presença de questões que exigem competências interpretativas as quais depende não tão somente do domínio do conteúdo, como também do domínio de outros saberes relativos a aspectos importantes ao campo da ciência geográfica tais como o uso de escalas, a leitura cartográfica, a leitura de mapas temáticos e o uso de escalas, dentre outros.

As ponderações construídas a partir da análise destes dois grupos de instrumentos de avaliação do desempenho da aprendizagem – escolas e exame vestibular – levam a constatação de que quer se opte por descrever o tipo de questões propostas nos instrumentos de avaliação, quer se opte por descrever e analisar as competências averiguadas pelas avaliações aplicadas pelas instituições de ensino médio ou pelas instituições de ensino superior, ou ainda se opte por identificar a forma como são trabalhados os conteúdos pelos professores, chega-se a conclusão de que há um significativo distanciamento entre os propósitos perseguidos, o tipo de competência analisada e o tipo de verificação de aprendizagem. Se considerarmos o Ensino Médio como etapa que prepara ou habilita o aluno para o ingresso no ensino superior, há que si admitir que o quê e a forma como a escola tem trabalho com a Ciência Geográfica não tema atendido às expectativas dos exames propostos.

Há que se admitir a necessidade de aproximação entre os propósitos e propostas da escola de nível médio com os da escola de nível superior, caso de deseje fortalecer e promover a continuidade dos estudos da população jovem.

Considerações finais

Do estudo analítico-descritivo das informações levantadas sobre o ensino de geografia em escolas públicas e privadas de ensino médio, e dos exames para processo seletivo vestibular, aponta-se que a busca pelo conhecimento se faz cada vez mais necessária na sociedade a qual estamos inseridos. Tal fato se justifica na medida em que identificamos e discutimos as problemáticas resultantes da interação entre homem e meio, as quais se refletem também nas escolas.

Nessa perspectiva, a escolha do objeto desta pesquisa adquire importância na medida em que debatemos os elementos que envolvem a avaliação em escolas públicas e privadas da cidade de Caicó/RN.

Considerando as transformações pelas quais vem passando o ensino no Brasil, a educação formal ainda é vista como de fundamental importância para formar pessoas capazes de atuar nos diferentes segmentos da sociedade, fato facilmente comprovado ao se fazer um levantamento do crescente, embora vagaroso, número de procura pelos bancos escolares no País.

O crescimento no número de vagas ocupadas nos cursos de ensino superior na modalidade a distância constitui apenas um dos indicativos do crescente interesse da população pela educação escolar.

Os dados sobre a procura pelos cursos de formação técnica e a ampliação do número de vagas nas instituições de ensino superior são indicadores de que o ensino médio precisa estar sintonizado com esse nova perspectiva educacional. E está atento a esse cenário requer dos profissionais do ensino médio um olhar acurado sobre os métodos e procedimentos de ensino, em como os modelos e procedimentos de avaliação da aprendizagem. Isso porque não é raro encontrar na escola professores que estão colados a modelos pouco eficazes do desempenho da aprendizagem, que pouco ou em nada contribuem para o desenvolvimento de novas competências, como constatado por este estudo e aqui discutido como já apontado e rerepresentados.

Com relação aos conteúdos de ensino, este estudo identificou a evidencia de estes são trabalhados pelos professores, segundo a proposta apresentada nos livros didáticos ou nas apostilas, sem que fosse possível identificar esforço dos professores em propor práticas e metodologias de ensino que ampliassem o que está disposto nestes manuais. Essa constatação se confirma com a informação, segundo a qual em sua maioria, estes mesmo professores não realizam planejamento de atividades estando sua prática em sala de aula adstrita a cumprir minimamente o que é apresentado pelo livro adotado.

No que se referem aos instrumentos avaliativos, estes deveriam serem elaborados de forma a englobar as diferentes linguagens e escalas geográficas, além de ter os seus resultados discutidos para que os alunos realmente terminassem por dominar as competências e habilidades que estão sendo exigidas.

Nas escolas pesquisadas, foi possível identificar que nos instrumentos avaliativos, ainda predominam as avaliações com questões objetivas. Essa realidade não é diferente em nenhuma das escolas pesquisadas. Outrossim, quando consideramos o recorte temporal da pesquisa, percebemos que, mesmo com as mudanças propostas pelos PCN, as instituições escolares focavam o processo de ensino na perspectiva do ingresso do aluno nas universidades muito embora os conhecimentos, as habilidades e atitudes avaliadas por estes grupos de instituições estivessem muitas vezes, estivessem, distanciadas dos objetivos institucionais de promoção da continuidade e progresso da escolarização.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias)**. Brasília: MEC, 1999.

CALLAI, Helena Copetti. **Geografia um certo espaço, uma certa aprendizagem**. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DINIZ, Terezinha. **Sistema de avaliação e aprendizagem**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem, mais uma vez**. São Paulo: Ed. São Paulo, 2005.